

CÂMARA DOS DEPUTADOS

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 2.633, DE 2020

Altera a Lei n° 11.952, de 25 de junho de 2009, que dispõe sobre a regularização fundiária das ocupações incidentes em terras situadas em áreas da União; a Lei n° 14.133, de 01 de abril de 2021 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos); a Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973 (Lei de registros públicos); a Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006; e a Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, a fim de ampliar o alcance da regularização fundiária e dar outras providências.

EMENDA DE PLENÁRIO Nº

Art. 1º Os artigos 5°, 13 e 38, da lei 11.952, de 25 de junho de 2009, alterados pelo art. 2° do substitutivo apresentado ao Projeto de Lei 2.633/2020, passam a constar com as seguintes mudanças:

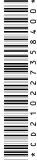
"Art. 5º
IV - comprovar o exercício de ocupação e exploração direta, mansa e pacífica, por si ou por seus antecessores, anterior a 05 de maio de 2014;
" (NR)
"Art. 13. O Incra verificará os requisitos legais para a regularização fundiária de imóveis com até quinze módulos fiscais por meio da análise do requerimento do ocupante e dos demais documentos que instruam o processo administrativo, sujeito o autor de declaração falsa à responsabilização penal, civil e administrativa.





III
b) exerçam ocupação e exploração direta, mansa e pacífica, por si ou por seus antecessores, anteriormente a 05 de maio de 2014 ;
IV - a comprovação de prática de cultura efetiva, ocupação e exploração direta, mansa e pacífica, por si ou por seus antecessores, anteriores a 05 de maio de 2014 , que poderá ser feita por meio de sensoriamento remoto.
§3º O Incra dispensará a realização da vistoria prévia de imóveis de até quinze módulos fiscais , sem prejuízo do poder fiscalizatório, após análise técnica dos documentos referidos no §1º, se verificado o preenchimento dos requisitos estabelecidos por esta Lei.
§4º A realização de vistoria prévia será obrigatória nas seguintes hipóteses:
V - ausência de indícios de ocupação ou de exploração, anterior a 05 de maio de 2014 , verificada por meio de técnicas de sensoriamento remoto;
VI - acima de quinze módulos fiscais ; ou
§8º Para o limite de quinze módulos fiscais mencionados no caput será considerada a soma de áreas contíguas cujos ocupantes sejam parentes em linha reta ou colateral até o primeiro grau.





	"Art. 38
	§ 1°
	I - quando se tratar de ocupações posteriores a 05 de maio de 2014 ou em áreas em que tenha havido interrupção da cadeia alienatória posterior à referida data, desde que observado o disposto nos arts. 4° e 5° desta Lei e comprovado o período da ocupação atual por prazo igual ou superior a cinco anos, apurado até 22 de dezembro de 2016;
	" /AID)
	" (NR)
Art. 2º O art. 76, da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, alterado pelo art. 3º do substitutivo apresentado ao Projeto de Lei 2.633/2020, passa a constar com a seguinte mudança:	
	"Art. 76
	§4°
	I - aplicação exclusiva às áreas em que a detenção por particular seja comprovadamente anterior a 05 de maio de 2014 ;

Sala das Sessões em 14 de julho de 2021.

Deputado Vitor Hugo PSL/GO





Emenda de Plenário a Projeto com Urgência (Do Sr. Vitor Hugo)

Altera a Lei n° 11.952, de 25 de junho de 2009, que dispo~e sobre a regularizac¸a~o fundia´ria das ocupac¸o~es incidentes em terras situadas em a´reas da Unia~o; a Lei n° 14.133, de 01 de abril de 2021 (Lei de Licitac¸o~es e Contratos Administrativos); a Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973 (Lei de registros públicos); a Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006; e a Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, a fim de ampliar o alcance da regularizac¸a~o fundia´ria e dar outras provide^ncias.

Assinaram eletronicamente o documento CD210227358400, nesta ordem:

- 1 Dep. Vitor Hugo (PSL/GO) LÍDER do PSL *-(p_121488)
- 2 Dep. Misael Varella (PSD/MG)
- 3 Dep. Wellington Roberto (PL/PB) LÍDER do PL
- 4 Dep. Hugo Motta (REPUBLIC/PB) LÍDER do REPUBLIC *-(P_5318)



^{*} Chancela eletrônica do(a) deputado(a), nos termos de delegação regulamentada no Ato da mesa n. 25 de 2015.